PRODUÇÃO DESTRUTIVA E AGROECOLOGIA:

contribuições teóricas de István Mészáros para a crítica à “revolução verde”

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo: este artigo pretende refletir sobre: a) o papel das corporações transnacionais, especialmente aquelas que fazem parte do chamado agronegócio; b) as lutas pela construção da agroecologia, especialmente impulsionadas pelo Movimento Sem Terra a partir das críticas de István Mészáros à “revolução verde”. Nele são apresentados resultados de pesquisa concluída sobre a ofensiva do agronegócio, a revolução verde, as lutas dos movimentos sociais para a formação de um sistema de produção, consumo, comercialização e educação baseado na agroecologia. Estes resultados foram analisados à luz de conceitos de István Mészáros, tais como: produção destrutiva, corporações monstro, revolução verde e educação para além do capital.

Palavras-chave: Produção Destrutiva – Revolução Verde – Agroecologia – István Mészáros.

DESTRUCTIVE PRODUCTION AND AGROECOLOGY: theoretical contributions to the critique of the "green revolution" in the theory of István Mészáros

Abstract: this paper intends to reflect on: a) the role of transnational corporations, especially those that are part of the so-called agribusiness, b) the struggles for the construction of agroecology, especially driven by the Landless Rural Workers Movement based on István Mészáros's criticisms of the "green revolution". In it are presented results of completed research on the agribusiness offensive, the green revolution, the struggles of social movements for the formation of a system of production, consumption, marketing and education based on agroecology. These results were

¹ Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como docente da Faculdade de Filosofia e Ciências, do Campus Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena o Curso de Aperfeiçoamento em Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do Materialismo Crítico. É membro do Grupo de Pesquisa Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC/São Paulo), do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/Unicamp) e Organizações e Democracia (UNESP/Marília). É Autor do livro “O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas”, publicado pela Expressão Popular, em 2007. E-mail: hetanov@gmail.com

analyzed based on István Mészáros' concepts, such as: destructive production, monster corporations, green revolution and education beyond the capital.

Keywords: Destructive Production – Green Revolution – Agroecology – István Mészáros.

PRODUCCIÓN DESTRUCTIVA Y AGROECOLOGÍA: contribuciones teóricas para la crítica a la "revolución verde" en la teoría de István Mészáros

Resumen: este artículo pretende reflexionar sobre: a) el papel de las corporaciones transnacionales, especialmente aquellas que forman parte del llamado agronegocio; b) las luchas por la construcción de la agroecología, especialmente impulsadas por el Movimiento Sin Tierra a partir de las críticas de István Mészáros a la "revolución verde". En él se presentan resultados de investigación completada sobre la ofensiva del agronegocio, la revolución verde, las luchas de los movimientos sociales para la formación de un sistema de producción, consumo, comercialización y educación. Estos resultados se analizaron a partir de conceptos de István Mészáros, tales como: producción destructiva, corporaciones monstruo, revolución verde y educación más allá del capital.

Palabras clave: Producción Destructiva – Revolución Verde – Agroecología – István Mészáros.

A "revolução verde" na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (István Mészáros, O poder da ideologia)

Introdução

Quando começamos a escrever este artigo fomos "surpreendidos" por duas notícias: a) a fusão da Bayer com a Monsanto, duas "corporações-monstro" agora como uma corporação muito maior; b) a ONU anunciou que o Sudão do Sul entrou no mapa da insegurança alimentar.

Segundo outro relatório da ONU, 5 bilionários detém a riqueza equivalente a metade da população mundial e cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente (Ziegler, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhoria, ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, a concentração da renda e a intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos.

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros (Cf.: ZIEGLER, 2013; MIKE; DAVIS, 2007; NETTO, 2008; LIMA FILHO; NOVAES; MACEDO, 2017).

No Brasil, tivemos um golpe parlamentar, mais complexo e difícil de ser compreendido que os golpes anteriores. Em 2 anos queimamos mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de desempregados, de acordo com as estatísticas oficiais². No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e na cidade as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito a terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida.

Este artigo pretende refletir sobre a) o papel das corporações transnacionais, especialmente aquelas que fazem parte do chamado agronegócio, b) as lutas pela construção da agroecologia, especialmente impulsionadas pelo Movimento Sem Terra a partir das críticas de István Mészáros à “revolução verde”.

As Corporações-monstro e o fetichismo da “revolução verde”

Em outros textos já nos pronunciamos sobre a ofensiva das corporações transnacionais desde os anos 1960 (Cf.: NOVAES, 2017; NOVAES *et alli*, 2015). Vimos que Jean Ziegler (2013) – no livro “Destruição em massa - geopolítica da fome” – chama as corporações capitalistas de “Tubarões-Tigre”. Trata-se de um nome bastante sugestivo para representar a ofensiva das corporações em todas as esferas da nossa vida. Como vimos, Mészáros (2004) as denomina de “corporações-monstro”. Outros preferem denominá-las de “Polvos”, cheios de tentáculos agarrando territórios e pessoas. Atuando como verdadeiros Estados Nacionais,

² Evidentemente que estas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e subemprego (Cf.: MÉSZÁROS, 2011).

sendo muitas delas mais fortes que muitos países, as corporações transnacionais jogam seus tentáculos ou seus dentes vorazes e afiados em tudo e em todos.

Na virada do século XIX para o século XX, como nos mostrou Lenin (2003) em “Imperialismo – fase superior do capitalismo” – há o surgimento das grandes corporações capitalistas. Já não estamos mais diante do capitalismo concorrencial registrado por Karl Marx em “O Capital”, quando este descreveu e analisou o capitalismo da primeira revolução industrial.

No século XX as gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas lançaram novos produtos no mercado, novas formas de gerir a força de trabalho, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assassinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais, dentre outros.

No filme “A corporação” (The Corporation), é possível ver a ascensão das corporações e seus tentáculos em todas as dimensões da vida. Juridicamente são impessoais, mas têm por trás bilionários, fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital.

A partir dos anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China, e de destruição do Estado de Bem Estar Social na Europa, há uma nova investida das corporações capitalistas. Através do desenvolvimento tecnológico que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo, e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passam a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de “Big Brother Corporativo” em paralelo aos sistemas de informação dos Estados Nacionais.

Nos dias de hoje, o controle realizado pelas corporações capitalistas em nossas vidas é estarrecedor. Elas controlam tudo que fazemos no trabalho, nosso e-mail, descobrem hábitos de consumo com sites espiões, usam drones para matar e fazer entregas. No *Facebook* acompanham a sua “imagem” e atuam rapidamente se algum problema vier a acontecer.³

³ Para maior aprofundamento sobre as corporações transnacionais, ver: Petersen (2013), Sevá Filho (2013), Campos (2009), Bruno (1999), Bernardo (2002), Sebastião Pinheiro (2005), Fontes (2010), Ploeg (2008), Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2014) e Panitch (2014).

Um dos autores deste artigo esteve em algumas obras do “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC” e nelas é possível perceber o enorme poder das grandes corporações no campo da produção e da vida social em geral. Visitamos as Usinas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia). As empreiteiras exploram trabalhadores, confinam os mesmos em alojamentos de péssima qualidade, roubam a vida de ribeirinhos, promovem deslocamentos em massa de trabalhadores para as obras. As obras trazem inúmeros impactos na fauna e na flora, surgem centros de prostituição, mulheres grávidas abandonadas, há o deslocamento de atingidos por barragens, dentre inúmeros aspectos que não poderemos desenvolver neste artigo. Como braços do capital, surgem nas regiões ONGs, Institutos e Fundações para abrandar os impactos das obras.⁴

Em nome do “progresso” da região, de fazer “nascer uma nova Amazônia”, do “emprego para o desenvolvimento da região e do país”, “de atração de indústrias” os tubarões-tigre tem como objetivo a “auto-valorização do capital” - cada vez mais financeirizado⁵. Com a mão direita ganham lucros exorbitantes e roubam o território, com a mão esquerda – “devolvendo” um bilionésimo do que roubam da região, geram “empregos locais”, aquecem a economia, levantam hospitais, creches, escolas, dentro do discurso da “responsabilidade social empresarial”.

Da mesma forma, muitas corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores, etc. No site de uma dessas corporações aparece que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

⁴ Michel Torres (2017) nos mostra como o braço das corporações, isto é, Fundações, Institutos e ONGs a) produzem relatórios nada ingênuos de como “resolver” a questão social; b) realizam seminários, fóruns, encontros, para construir e delinear a estratégia de intervenção social; c) formulam políticas de privatização da assistência social, de concessões, de criação de escolas charter, parcerias público-privadas, etc.; d) formulam estratégias para aumento do desempenho dos servidores públicos; e) formam ou reúnem mensalmente os gestores, secretários, supervisores dos sistemas de ensino e gestores da assistência social para pensar estratégias educacionais, de “desenvolvimento solidário” e “desenvolvimento local”.

⁵ Para maior aprofundamento sobre a financeirização da economia, ver: Delgado (1984), Villaça (1986), Coutrot (2005), Godoi (2006), Fattorelli (2007), Campos (2009), Brunhoff (2009), Chesnais (2010; 2011), Lapyda (2011), Fix (2011), Arantes (2012) e Galzerano (2016).

Em Minas Gerais, a Vale coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015⁶. Ainda em 2015, as corporações promoveram outra “irresponsabilidade” no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Segundo Bhagavan (1987), que faz uma análise da chamada revolução verde e seu fetichismo:

A irrigação, os fertilizantes, os pesticidas, a mecanização agrícola e as instalações para o bom armazenamento dos grãos são os ingredientes tecnológicos essenciais na estratégia da alta-variedade-de-produção (high-yieldind-variety, HYV) da revolução verde. Os ingredientes econômicos essenciais são a disponibilidade de crédito e bons preços de insumos para os fazendeiros. A disponibilidade desigual desses ingredientes tecnológicos e econômicos produziu um grande aumento nas disparidades existentes entre os estados e entre as diferentes classes de fazendeiros nos estados. Os estados com boa irrigação, em que os fazendeiros de nível médio constituem a maioria dos agricultores... mostraram índices de crescimento anual na produção de cereais... A maior parte da revolução verde ocorreu nesses três estados. Os estados com pouca irrigação, com pequenos e marginais camponeses e trabalhadores sem terra compondo a maioria rural... registraram índices muito baixos de crescimento da produção de cereais... Falando de modo geral, não mais de meia dúzia dos 22 estados da Índia (excluindo-se os nove territórios federados) têm se beneficiado da estratégia da HYV, e neles os benefícios atingiram principalmente os médios e grandes fazendeiros (Bhagavan, 1987, p. 63-64 apud Mészáros, 2004, p.140).⁷

As consequências da “revolução verde” foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros⁸. Ziegler (2013), no livro *“Destruição em massa – a nova geopolítica da fome”* se pronuncia sobre a “revolução verde” e nos mostra o irracionalismo da produção

⁶ Lira Itabirana: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais. E multinacionais, Quantos ais! A dívida interna. A dívida externa. A dívida eterna. Quantas toneladas exportamos. De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro?” Carlos Drummond de Andrade.

⁷ Acerca da crítica de Mészáros à produção destrutiva, ver: Mészáros (2002), Mazalla Neto (2014), Rego (2016) e Novaes (2010). Para os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver: Foladori (2001) e Foster (2005).

⁸ Acerca da contribuição marxista à questão socioambiental, ver Duarte (1986), Foster (2005), Frederico (2007), Lowy (2003), Kovel e Lowy (2003), Altvater (2007), Sevá Filho (2013) e Sevilla Guzmán (2013), Rego (2016). Acerca da contribuição marxista ao debate da agroecologia, ver: Rego (2016), Guhur (2015), Novaes, Mazin e Santos (2015), Guzman e Molina (2011) e Rego (2016). Acerca das contribuições da esquerda ao debate da agroecologia e da questão ambiental, ver: Sachs (1986), Primavesi (1986), Petersen (2013), Ploeg (2008) e Marques (2015).

de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade⁹.

Rogério Macedo (2015), dialogando com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele,

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares (MACEDO, 2015, p. 311-312).

Não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram as bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde¹⁰.

⁹ Ziegler é suíço e foi secretário da ONU. Seu livro vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial. Para os limites e a potencialidade da teoria de Ziegler, ver o prefácio do livro feito por José Paulo Netto (2013).

¹⁰ Acerca dos limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Mazin, Novaes e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.

Lutas pela agroecologia e a agenda agroecológica do MST

Os movimentos sociais dos anos 1930-60 foram destroçados pela ditadura de 1964-1985. Na segunda metade dos anos 1970 surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, creches, saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens, etc. eclodiram em todos os cantos do país (Cf.: SADER, 1988; e DAL RI; VIEITEZ, 2008).

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Não conseguimos as diretas já. O capital esteve no controle desta transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da “Nova República” (Cf.: NETTO, 2010; SAMPAIO JR., 2013); MINTO, 2015; DEO, 2014).

No que se refere às lutas contra a revolução verde, para Mészáros esta “criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (Mészáros, 2004). Para nós, o MST é um dos movimentos sociais que está promovendo a denúncia do pacote da “revolução verde”.

Já mostramos em outros textos que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, a agenda agroecológica do MST é composta de algumas dimensões, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular, c) a denúncia do pacote da “revolução verde”; d) questões de gênero, e) o trabalho associado, f) a comercialização popular; g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas (Cf.: DAGNINO, 2010; MOURA, 2014; OLIVEIRA, 2014, dentre outros).

Já analisamos muitas dessas dimensões em outros textos (Cf.: NOVAES, 2012; PIRES, 2014; NOVAES *et alli*, 2015), por isso não iremos retomar neste momento. Teceremos apenas alguns comentários sobre as dimensões de Gênero e a Reforma Agrária Popular.

Questão de classe e gênero nas lutas agroecológicas

Em março de 2017, mulheres vinculadas a vários movimentos sociais do campo saíram às ruas contra a temerosa reforma da previdência, contra o machismo, o capital e o agronegócio.

Tudo leva a crer que estamos vivendo tempos de luta, que as trabalhadoras e trabalhadores, do campo e da cidade irão se levantar e combater essa nova ofensiva do capital.

Em março de 2006, depois de muito planejamento organizativo, as mulheres do sul resolveram destruir os viveiros de transgênicos da Aracruz. Foram tachadas de “anti-progresso”, “ludditas”, “vândalas” e “baderneiras” pela mídia do capital (NOVAES, 2012).

Tentamos mostrar que elas lutavam pela soberania alimentar, pela desmercantilização das sementes, e inconscientemente por uma Ciência & Tecnologia a favor da vida, dos movimentos sociais.

De lá para muitas ações foram realizadas contra inúmeras corporações, contra o Estado capitalista e contra a atual divisão de trabalho nos assentamentos e no lar.

Pesquisadoras como Pinassi e Mafort (2012), Vasconcellos (2014), Siliprandi (2009) e Tait (2013) têm nos mostrado que nestes tempos de luta a agroecologia surge vinculada à autonomia econômica das mulheres, a demandas por participação política nos assentamentos, contra a transgenia e as corporações e por uma nova divisão do trabalho entre mulheres e homens¹¹. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Rede Xique-xique, são expressões desses novos tempos de luta.

O MST, que surgiu em 1984, tem desde 1995 um setor de gênero, configurando uma espécie de luta dentro da luta. Na luta por terra surgem inúmeras lutas na terra, como a ambiental, a de gênero, por cooperação e estímulo ao cooperativismo, contra a transgenia, pela soberania alimentar, etc. Hoje todas as instâncias do movimento são compostas por homens e mulheres¹².

¹¹ Acerca do debate da transgenia, ver também: Benthien (2010) e Moura (2014).

¹² Acerca do surgimento do MST, ver Rodrigues (2012).

Os desafios das mulheres camponesas e trabalhadoras do campo ainda são imensos, mas já percorreram um longo caminho. Nos tempos de luta recentes, elas lutaram contra a ditadura, mas isso foi esquecido. Lutaram pela “visibilização” do trabalho doméstico, pela igualdade substantiva entre homens e mulheres, lutaram pelos direitos sociais no meio rural e contra a opressão de gênero. Como nos mostra Bruna Vasconcellos (2015), num texto que mostrou a relação entre Trabalho Associado e Agroecologia:

A aproximação entre Trabalho Associado e Agroecologia, desde uma perspectiva feminista, são potenciais espaços à transformação das relações de gênero, não apenas porque questionam as formas capitalistas de produção, mas também porque representam a possibilidade de repensar a reprodução da vida, o lugar do trabalho, do saber tradicionalmente constituído como feminino, e das mulheres na sociedade capitalista. A partir da aproximação às críticas da Economia Feminista, a Agroecologia e Trabalho Associado são vistos como potenciais espaços de ressignificação do trabalho reprodutivo, são a possibilidade de rearticular produção e reprodução da vida. E no entanto, é justamente na ruptura dessa divisão onde é mais difícil perceber as mudanças acontecendo”.

Mafort e Pinassi (2012) observam que:

Vivemos, assim, um tempo histórico no qual o sistema sócio-metabólico do capital só pode afirmar-se na completa desefetivação do ser humano. E a questão dos agrotóxicos e da transgenia, como incremento indispensável à lógica deste sistema, está perfeitamente inserida num complexo que só se importa com o aumento da produtividade e, conseqüentemente, com sua autorreprodução. Neste contexto, a necessidade humana por alimentos é absolutamente secundária, tanto quanto o combate à fome e à pobreza não passa de uma apologética comprometida com a valorização do capital envolvido no agronegócio (Pinassi e Mafort, 2012, p. 82).

E completam, trazendo a relação entre classe e gênero na perspectiva da Via Campesina:

a perspectiva feminista da Via Campesina traz um componente inovador no cenário da luta de classes. As ações que realizam contra os agrotóxicos, a transgenia e o agronegócio vão muito além da crítica ou da mera proposição reivindicativa; são formas político-ofensivas de enfrentamento do Estado e do grande capital, porque expõem os limites absolutos do sistema, o caráter mais nefasto da crise estrutural: sua total incompatibilidade com a vida em amplo espectro.

Além disso, na medida em que essas manifestações costumam sofrer toda sorte de acusações no interior de suas próprias organizações, a ousadia dessas mulheres trabalhadoras expõe, ainda, a sociabilidade deformada da própria classe a qual pertencem, classe que, negando-se à autocrítica, se põe, infelizmente, a negociar, por intermédio do Estado, com o algoz de si e de toda a humanidade. Essas mulheres impõem, enfim, que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema,

uma alternativa que se constitua no reino da liberdade e da igualdade substantiva (PINASSI; MAFORT, 2012, p. 88)¹³.

Vimos em Novaes e outros (2015) que - se o capital promove a igualdade formal - os movimentos sociais anticapital tendem a lutar pela construção da igualdade substantiva de gênero em alguma medida combinando com a luta para a superação do Estado capitalista e da exploração do trabalho. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, se envolveram ao mesmo tempo questões de classe, de gênero, de etnia e ambientais, numa interessante imbricação, que merece mais pesquisas (Cf.: DAVIS, 2014; GALVÃO, 2011).

A Reforma Agrária Popular e a construção da Revolução na América Latina

Certamente a agroecologia não irá avançar sem a conquista da terra. Sem uma ampla reforma agrária, infelizmente não há agroecologia. Sem a superação do trabalho explorado-alienado, não há agroecologia. Como vimos nas páginas anteriores, sem o avanço do feminismo, não há agroecologia. Seguindo nessa linha, sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia.

A conquista dos meios de produção tornou-se tarefa vital no século XXI. Mais que isso, a conquista e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, totalmente desmercantilizada, tornou-se tarefa vital no século XXI.

O MST tem defendido uma Reforma Agrária Popular. Tudo leva a crer que as classes proprietárias brasileiras não aceitarão uma reforma agrária, muito menos uma reforma agrária de caráter popular.

Como grande produtor de riqueza e de miséria, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria. O Brasil

¹³ “Quando comemos comida envenenada e damos o peito aos nossos filhos, ao invés de alimentarmos a vida transmitimos a morte. No entanto, o mesmo governo que faz campanhas para incentivar as mulheres a amamentar, financia o agronegócio que produz a comida envenenada para o povo pobre, contaminando o leite da maioria das mães brasileiras”. (MST, 2010, *apud* PINASSI; MAFORT, 2012).

produz milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora¹⁴.

Segundo Harvey (2004) e Gonçalves *et alli* (2016), o Brasil é um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses, etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos.

Nesse sentido, a soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities ganha um papel primordial na medida em que o que está em questão é a alimentação adequada dos seres humanos, e não a “alimentação dos lucros do capital”.

Ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, transporte público barato e de qualidade, acesso a universidade pública, saúde pública. As parcas conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da república”.

Diante deste contexto de ofensiva do capital e destruição de tudo o que é público, qual é então o desafio para os movimentos sociais anticapital?

O primeiro de todos – no caso brasileiro - é reestabelecer a nossa democracia e acabar que este golpe institucional o mais rápido possível. Além disso, fazer avançar as lutas anticapital. Aparentemente lutar contra o fechamento de escolas, contra a destruição da saúde pública, lutar por terra, moradia e melhores salários/direitos trabalhistas são lutas reformistas. Mas no contexto de ofensiva do capital elas ganham um caráter radical, por mais difícil que isso possa parecer. No entanto, acreditamos que nossas lutas precisarão avançar rumo a bandeiras anticapital mais precisas: a autogestão, a cooperação, a desmercantilização, o ecossocialismo, terra de trabalho (e não terra de negócios), a soberania alimentar, a igualdade substantiva, a educação para além do capital. Lutas pelo definhamento do Estado capitalista e sua burocracia, a unificação das lutas da classe trabalhadora e a propriedade comunal, a construção da nossa revolução, são bons exemplos do que estamos teorizando. Sem elas dificilmente caminharemos rumo a uma revolução na América Latina.

¹⁴ As marcas da nossa matriz colonial baseada no latifúndio, produção voltada para o exterior e trabalho escravo estão “gravadas” no país até hoje. Acerca deste debate, ver: Prado Jr. (2002), Sampaio Jr. (2013), Ziegler (2012), Macedo (2015), MST (2014) e Deo (2017).

Na falta dessas bandeiras, as classes proprietárias poderão até ceder aqui ou ali, mas a essência do sociometabolismo do capital estará preservada. Na falta dessas bandeiras, a luta pela terra irá se tornar agricultura familiar, a luta por teto irá se tornar no máximo um puxadinho de Minha Casa Minha Vida, sob o comando das corporações. A luta pela agroecologia permanecerá no terreno do “consumo responsável” e assim por diante.

Nossas lutas também não poderão ficar no terreno eleitoral. Como nos alerta Mészáros (2008), as lutas do século XXI devem ter como base as lutas extraparlamentares:

[...] a força extraparlamentar original e potencialmente alternativa do trabalho transformou-se, na organização parlamentar, permanentemente desfavorecida. Embora esse curso de desenvolvimento pudesse ser explicado pelas fraquezas óbvias do trabalho organizado em seu início, argumentar e justificar desse modo o que havia realmente acontecido, nas atuais circunstâncias, é apenas mais um argumento a favor do beco sem saída da social-democracia parlamentar. Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento – por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” – não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade (MÉSZÁROS, 2008, p. 18).

Para nós, a luta no século XXI deve estar centrada nas ruas, no trabalho de base, na música crítica, no cordel, na unidade dos movimentos sociais, nas festas populares, etc. sempre tendo em vista a superação do trabalho alienado e sua forma de política correspondente, igualmente alienada.

A história nos mostra também a necessidade de uma revolução. As lutas na América Latina não comportam o gradualismo e o reformismo típicos dos partidos de esquerda das últimas décadas. Não é possível se aliar conciliar as classes, se aliar ao capital. Vimos o desfecho do lulismo: com o aprofundamento da crise econômica a aristocracia operária foi “ejetada” do Governo, num perfeito golpe parlamentar-jurídico. Evidentemente que uma revolução necessita de uma teoria revolucionária adequada para o século XXI e adequada para as especificidades da América Latina.

Sendo assim, a conquista da terra na América Latina pelos camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais somente se dará dentro de um quadro revolucionário. Na falta dela, como vimos, a agenda agroecológica dos movimentos sociais irá avançar a passos lentos, muito provavelmente na forma de um

ecocapitalismo tolerável pelas classes dominantes, ou na forma de um agronegócio “verde”¹⁵.

O avanço da agroecologia dentro de uma estratégia ecocomunista e autogestionária depende da luta política, ou melhor, do avanço das lutas anticapital dos movimentos sociais e da formação da consciência revolucionária. Na América Latina, o sujeito revolucionário é múltiplo e mais complexo do que os operários e camponeses do século XX. A construção da unidade das lutas dos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores rurais, da classe trabalhadora urbana assalariada, formal e informal, e da nova classe trabalhadora terceirizada, não será nada fácil, mas é imprescindível.

Com a degradação dos serviços públicos nos últimos anos na América Latina, “novos personagens entraram na cena” das lutas urbanas: trabalhadores docentes do ensino médio, do ensino superior e fundamental reagiram a precarização do trabalho docente, servidores da saúde, assistência social, dentre inúmeros outros que passaram a entrar na lista dos lutadores do século XXI e portanto fazem parte da nova classe trabalhadora.

A ascensão do movimento indígena na Bolívia, no Equador e no México também não pode ser desprezada. No Brasil, o processo de avanço da nova fronteira agrícola pelo agronegócio está levando ao surgimento de novas lutas dos índios, quilombolas, posseiros, etc.¹⁶.

Considerações finais

A Era da Barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que “A Era dos Extremos”. No Brasil, poderíamos destacar a nova fase da acumulação primitiva, que tem resultado na escalada dos assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, dentre inúmeros outros que não poderemos citar nesse espaço são vítimas da

¹⁵ Na América Latina como um todo, eclodiram inúmeras lutas por terra, habitação, água, saneamento básico, saúde, educação, controle dos recursos naturais, dentre outras. Em geral, elas lutas “estacionaram” em demandas pontuais, especialmente porque a ofensiva do capital não permitiu aos trabalhadores a sua ultrapassagem, ao contrário, tendeu a jogar os trabalhadores como um todo na miséria ou na defensiva. Mas também é preciso destacar que nos falta uma teoria adequada da transição ao comunismo na região.

¹⁶ Segundo o Relatório da CPT (2017), de 2010 a 2016, o avanço do agronegócio fez dobrar o número de assassinatos no campo. Saltamos de cerca de 30 para 61. Se incluirmos as tentativas de assassinato, os números são estarrecedores. Isso para não falar do trabalho análogo ao escravo em pleno século XXI.

Era da Barbárie. No mês de maio de 2017, quando encerrávamos este artigo, vieram à tona os incidentes do Vale do Rio Doce (assassinato de uma liderança do MST), de Colniza, dos índios maranhenses e a chacina de 10 sem terra em Redenção no Pará.

Enquanto isso, as corporações transnacionais do agronegócio jogam os seus tentáculos em todas as dimensões da nossa vida e cinicamente intensificam a propaganda das soluções estritamente tecnológicas.

Referências

ALTIERI, Miguel. **As bases científicas da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, A. (org.) **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

ARANTES, Pedro. **Arquitetura na era digital-financeira**. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRUNHOFF, Suzane *et alli*. **Las finanzas capitalistas**: para comprender la crisis mundial. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

COUTROT, Thomas. **Organização do trabalho e financeirização das empresas**: a experiência europeia. Outubro, Campinas, n.12, 2005.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. **Transgenia agrícola e modernidade**: um estudo sobre o processo de inserção comercial de sementes transgênicas nas sociedades brasileira e argentina a partir dos anos 1990. 272f. Tese [doutorado em Ambiente e Sociedade] – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michel. **Afinidades revolucionárias**. São Paulo: UNESP, 2017.

BRUNO, Lucia. **Estudos sobre poder político, ideologia, trabalho e educação**. São Paulo: 2004. Tese [Livre Docência], Universidade de São Paulo (USP).

CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, XXXVI, Goiânia, 29/09/2013 a 02/10/2013. **Anais...** Goiânia: ANPED, 2013.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento e Complexos de Estudos. In: SAPELLI, M., FREITAS, L. C. e CALDART, R. S. (orgs). **Caminhos para transformação da escola** 3. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 19-66.

CAMPOS, Fabio. **A arte da conquista**: capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 300f. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia, 2009.

CHESNAIS, François (org.). **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CHESNAIS, Francois. **As dívidas ilegítimas** – quando os bancos se apoderam das políticas públicas. 2011.
http://www.ocomuneiro.com/nr13_03_francoischesnais.html.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

DEO, Anderson. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (Org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.

DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. *et alli* (orgs.). **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 3.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. São Paulo: 1984. Tese [Doutorado em Economia] – Instituto de Economia, UNICAMP, 1984.

DUARTE, Rodrigo. **Marx e a natureza em O capital**. Rio de Janeiro: Loyola, 1986.

FATTORELLI, Maria. O manejo da dívida pública. In: SICSÚ, J. (org.) (2007). **Arrecadação**: de onde vem? E gastos públicos: para onde vão? São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** São Paulo: Zahar, 1986.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Campinas (SP): 2011. Tese [Doutorado em Economia] – Instituto de Economia.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, 2011, p. 107-126.

GODOI, Livia M. **O capital ganha asas: reestruturação produtiva no setor aeroespacial – o caso da EMBRAER**. Marília (SP): 2006. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais] – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Marília.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia em Marx**. Rio de Janeiro: 2005.

GALZERANO, Luciana. **Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação**. Campinas (SP): 2006. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

GUHUR, Dominique. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. Maringá (PR): 2010. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Estadual de Maringá.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

GRUPO DE MULHERES do MST invade fábrica e destrói pesquisas genéticas. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/grupo-de-mulheres-do-mst-invade-fabrica-e-destroi-pesquisas-geneticas.html>. Retirado em 10/03/2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KOVEL, Joel.; LOWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. **Revista "Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology"**, 2003.

LAPYDA, Ives. **A "financeirização" no capitalismo contemporâneo – uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. São Paulo: 2011. Dissertação [Mestrado em...] – Universidade de São Paulo.

LIMA, A. C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.** Maringá (PR): 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo** – fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA, Aparecida C. *et alli*. Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LIMA, Aparecida C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.** Maringá (PR): 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

LIMA FILHO, Paula A. Sobre as revoluções burguesas radicais. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. (orgs.) **Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico.** Uberlândia: Navegando, 2017.

LOUREIRO, Carlos. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOWY, Michel. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michel. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n. 28, p. 35-50, 2009.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. Rio de Janeiro(RJ): 2007. Tese [Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade] – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACHADO, FILHO, Luiz P.; MACHADO FILHO, Luiz P. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MAZALLA NETTO, Wilon. Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Campinas (SP): 2014. 280 f. Tese [Doutorado em Engenharia Agrícola], Universidade Estadual de Campinas.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista** – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINTO, Lalo W. **A Educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Luiz H. Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional. In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. (orgs.) **MST**: Universidade e Pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MST. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo: Setor de Formação, 2005.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da Barbárie**. Rio de Janeiro, 2008.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H.; MAZIN, A.D.; SANTOS, Lais (orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João; FUZER, Antônio. A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST.

In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. In: **Cidadania do capital?** A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

NOVAES, Henrique Tahan. **Tempos de luta**. Marília (SP): 2016, Mimeo.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Rio de Janeiro: Caliban, 2010 (Diretor Silvio Tendler).

O VENENO ESTÁ NA MESA II. Rio de Janeiro: Caliban, 2014 (Diretor Silvio Tendler).

PANITCH, Leo. **Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI**. Fortaleza: Tensões Mundiais, 2014.

PETERSEN, Paulo. Apresentação. **Dossiê Abrasco**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco M. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica**: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. AS-PTA e Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.

PINASSI, Maria O; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PINHEIRO, Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Porto Alegre: CREA, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIRES, João H. S. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”**. Marília (SP): 2015. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.

PIRES, João Henrique Souza.; NOVAES, Henrique Tahan. Estudo, Trabalho e Agroecologia: A Proposta Política Pedagógica dos Cursos de Agroecologia do MST no Paraná. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 8, n. 2, p. 110-124, dez. 2016.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do Trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLOEG, Jan. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Walter *et alli*. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no campo – Brasil 2015 – CPT**, Goiânia, p. 86-98, 2015, abril/2016.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1986.

REGO, Thelmely Torres. **Formação em agroecologia**. Programa do Contestado da AS-PTA. Florianópolis (SC): 2016. 313 f. Tese [Doutorado em Educação] – Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, Fabiana. **MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980**. Campinas (SP): 2013. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) **Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, L. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória**. Marília (SP): 2015. 150 f. Dissertação [Mestrado em Educação], Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987.

SEVÁ FILHO, A. Populações e Territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul. In: RODRIGUES, F.C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) **Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, vol. 2.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília (DF): 2009. 292f. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Sustentável] – Universidade de Brasília.

TAIT, Marcia. Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência ao cultivo de transgênicos no Brasil e Argentina. Campinas (SP): 2014. 220 f. Tese [Doutorado em Política Científica e Tecnológica] – Universidade Estadual de Campinas.

TORRES, Michelangelo. **Cidadania do capital?** A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Ed. Global, 1986.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 07/08/2018

Aprovado em 08/09/2018